

## FORMAS NOMINAIS DESIGNATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DO PERFIL FEMININO: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Luiz Francisco Dias \*

Eloisa Elena Resende Ramos da Silva \*\*

**Resumo:** Neste trabalho, buscaremos um aprofundamento no conceito de formas nominais designativas proposto por Dias (2013) enfatizando as formas que regem as construções designativas referentes às mulheres em cenas distintas. Traçaremos um olhar especial na questão da significação e uma abordagem mais aprofundada, observando o papel do determinante na constituição do domínio referencial no âmbito do estudo da adjetivação/qualificação/designação. Discutiremos o ato de designar, ou dar nomes aos indivíduos, apontando a forma como os processos nele implicados remetem a relações históricas de determinação, conforme propõe Guimarães (2005).

**Palavras-chave:** Designação. Enunciação. Mulher.

**Abstract:** In this paper, we deepen our understanding of the concepts of designative nominal structures developed by Dias (2013). We seek to emphasize the linguistic forms that rule the designative structures concerning women in different scenes. We shall pursue questions related to meaning in-depth aiming to examine the role of determinants in the constitution of a reference domain within the scope of study of adjectives / qualification / designation. We also discuss the act of designating or naming individuals, pointing out to how process connected with this act refer to historical relations of determination, as proposed by Guimarães (2005).

**Keywords:** Naming. Enunciation. Women.

### Introdução

Em meados do século XX, eram comuns designações para mulher que situavam em lados bastante distintos a sua condição jurídico-social. De lado, tínhamos: *mulher de família, moça para casar, virgem, mulher prendada, rainha do lar*. De outro lado, havia *prostituta, rapariga, meretriz, messalina, puta, mulher da vida, amante, garota de programa, quenga, piranha, teúda, manteúda, a outra* etc. Nos últimos anos, já no presente século, algumas

---

\* Professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do CNPq. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ldias@ufmg.br.

\*\* Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Doutoranda em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: eloisaresende@iftm.edu.br.

outras designações ganham espaço na mídia: *periguete*, *popozuda*, *catilanga* (*tilanga*), *tica*, *peguete*, *vadia*, *vagabunda*, *cachorra*, *preparada*, etc. Entretanto, as novas designações não se constituem com base em perspectivas efetivamente inovadoras quanto à sua condição jurídico-social. Vamos analisar essas designações no âmbito da semântica da enunciação, em associação com conceitos de uma teoria do discurso. Para isso, as designações serão especificamente abordadas na condição de formações nominais (FN), observando o papel do elemento designativo na constituição do domínio referencial, responsável pelo balizamento do sentido das designações acima expostas.

Apresentaremos inicialmente o conceito de formação nominal bem como os fundamentos da semântica da enunciação desenvolvida no Brasil por Guimarães, e detalhada principalmente nas obras de 1995 e 2005. A seguir, discutiremos aspectos do perfil feminino que se constituem nas perspectivações que se sobressaem em FNs que circularam ou circulam nos meios de comunicação em três períodos: década de 1950, década de 1980 e anos 2000. A evolução dos efeitos de sentido que esse perfil vai adquirindo serão abordados em seguida, a partir de conceitos como silenciamento, desenvolvidos numa teoria discursiva de linha francesa. Ao final, retomamos o conceito de perspectivação e de formação nominal, no sentido de fazer um balanço daquilo que pudemos compreender do perfil feminino naqueles períodos, tendo em vista o desenvolvimento da visada teórica adotada com foco no conceito de formação nominal.

### **A formação nominal no âmbito da enunciação**

Os estudos semânticos do sintagma nominal em larga escala encontram seus fundamentos na concepção segundo a qual o sentido se constitui na forma como apresentamos um referente do mundo real ou imaginário. O papel básico do sintagma nominal seria o de identificar referentes, apresentando as propriedades de entidades, eventos, situações, conceitos do mundo extralinguístico. Nessa direção, para Chierchia (2003, p. 325-326), a construção de um sintagma nominal implica em uma operação composicional cujo nome nuclear recebe determinação, de modo a enriquecer o modo de apresentação de uma entidade. Isso propiciaria a flexibilidade do nome nuclear. Nesse caso, podemos falar não só de mulher, mas de *mulher de família*, *mulher de rua*, *mulher para casar*, *mulher da vida*, o que impossibilitaria a renegociação com o léxico na invenção de cada novo nome, verbo, designação. Aí residiria a viabilidade de qualificar, modificar, enriquecer expressões predicativas, pois permitiria definir classes e relações sempre novas, por meio das já

existentes no léxico (CHIERCHIA, 2003. p. 328). O papel do sintagma nominal, portanto, seria o de expressar as propriedades necessárias à construção da referência dessas entidades no mundo.

Na abordagem da semântica da enunciação, contudo, a relação entre o substantivo e seus determinantes no âmbito do sintagma nominal vai além dessa perspectiva composicional. Tomemos as construções nominais *moças de família* e *moças levianas*. Antes de tudo, trata-se de uma polaridade designativa que constituiu o universo das relações da mulher com o casamento na década de 50, por exemplo. São designações que visavam separar dois perfis distintos de mulher: uma para casar, outra que não se enquadra no perfil desejado de matrimônio disseminado na época.

A construção preposicional *de família*, bem como o adjetivo *levianas* não participa do funcionamento do grupo nominal com *moças* de forma a apenas qualificar, ou modificar ou enriquecer o sentido do substantivo, com vistas à identificação de um referente. E isso só poderá ser compreendido se levarmos em consideração que a enunciação mobiliza sentidos de resistência a um campo de memória em que *moça* se insere. O adjetivo *levianas* adquire pertinência como determinante na medida em que é invocada uma memória do significado do termo *moças* associado a *de família*. Assim, enunciar *moças levianas* não significa apenas um dizer sobre o significado de *moça*: a agregação desse adjetivo está permeada pela historicidade específica da relação entre o sujeito e as instituições sociais que se mostra na incidência do gesto de designar *moças* na resistência.

Dias (2013) assevera que a constituição de uma formação nominal não se dá apenas pela motivação de um gesto informativo concebido no estrato extralinguístico, pois há algo do sentido para além das informações das propriedades de uma entidade extralinguística. A “formação nominal”, portanto, constitui-se em um novo olhar para o “sintagma nominal”, um olhar configurado pela enunciação. A FN teria como escopo a constituição de um domínio referencial, ancorado nas noções de referencial de Foucault (1986), que ele concebeu a partir do campo de emergência das entidades. Na sua perspectiva, para serem identificadas e nomeadas, elas precisam se submeter a uma norma de existência concebida no discurso.

Trata-se de um recorte enunciativo, porque essas entidades não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza. A enunciação irá torná-las pertinentes aos acontecimentos linguísticos, tendo em vista as possibilidades históricas que as fazem emergir. As FNs abrigam a base desse referencial, isto é, desse campo de emergência das entidades extralinguísticas. Na medida em que ganham identidade nesse referencial, a ordem de objeto extralinguístico não se sustenta, pois essas entidades passam a ser constituídas por uma ordem do próprio enunciado, do

pertinente na enunciação histórica. Assim, uma FN é uma formação das condições em que a construção nominal baliza um domínio referencial (DIAS, 2013, p. 15).

Nessa direção, afirmamos que a enunciação é acontecimento de produção do enunciado (GUIMARÃES, 1995), o qual adquire sentido na relação entre a memória dos dizeres concernentes a esse enunciado e a atualidade da sua formulação. Antes da referência, o enunciado passa por uma contração de referenciais no campo da memória. Essa seria a leitura do conceito de “campo de emergência” das entidades, preconizado por Foucault, que estamos trazendo a este estudo. Há sempre uma perspectivização no acontecimento enunciativo que oferece as condições para a referência.

Dessa forma, as construções *prostituta*, *rapariga*, *meretriz*, *messalina*, *puta*, *mulher da vida*, *amante*, *garota de programa*, *quenga*, *piranha*, *teúda*, *manteúda* são concebidas segundo a perspectivização de uma atualidade pertinente na relação com a memória, enquanto traço de anterioridade advinda do conceito “mulher” que segundo Silva (2012) é uma construção social que condicionou a figura feminina à imagem de meiguice, delicadeza, matrimônio, moral, inspirados na escrita de homens, historiadores da bíblia, os quais simbolizavam a existência do sexo feminino a partir do *Gênesis*, o qual versa sobre a origem da mulher oriunda de uma costela masculina, sublinhando a posição do sujeito mulher à condição de alteridade. As designações acima são correntes nos anos 1980 e foram sendo substituídas por outras no século XXI como *periguete*, *popozuda*, *preparada*, *cachorra*, *catilanga (tilanga)*, *tica*, *peguete*, *vadia*, *vagabunda*, *cachorra*, *preparada*, *profissional do sexo*, captadas inclusive em textos de músicas populares.

Constitui-se como acontecimento enunciativo a adesão dessas FNs e sua pertinência ao discurso do seu tempo, tendo como perspectivização a tensão entre as visões de *mulher de família* e *mulher da vida*. A pertinência da memória de *mulher* é constituída historicamente em períodos diversos como forma de distingui-las. Essa memória se apresenta como traço comportamental de mulher. Ao designar *mulher* com traços distintos, o determinante do núcleo na construção nominal faz aparecer um traço passado que ainda não tinha sido evocado na memória que sustenta a significação desse nome nuclear: na década 1950 uma possibilidade de comportamento, em 1980 outra e nos dias atuais ainda outra. O acontecimento vai se delineando dentro de espaços “em que os traços de memória comparecem na atualidade do enunciar, tendo em vista a formulação de encaixes de dependência nas articulações em torno do nome” (DIAS, 2013, p.16).

Em suma, na FN reside um potencial de observação da realidade, não a partir de elementos informativos dessa realidade, mas por meio de “traços em função dos quais,

elementos do real adquirem pertinência para a realidade enunciada, ou seja, em termos foucaultianos, a partir do nível enunciativo da própria formulação” (DIAS, 2013, p. 16).

### **Formas designativas que constituem certo perfil feminino**

Realizamos uma abordagem enunciativa dos sentidos dos enunciados designadores e suas formas de condensação em substantivos no que diz respeito à figura feminina dos anos 50, 80 e 2000. Aquelas categorias designativas, além de designar, caracterizavam e qualificavam mulheres. No âmbito desse estudo, pudemos observar que se destacavam nomes que conscientemente ou não eram postos em função de dicotomizar a figura feminina, conformada em dois predicativos, orientados em função da historicidade de suas enunciações: “mulher de família” *versus* “mulher da vida”.

Ao tomarmos a designação da figura feminina nos períodos em estudo como objeto de nossa reflexão, nos propomos a uma análise que não se detenha unicamente aos aspectos taxionômicos. Com efeito, apesar da “designação de uma expressão linguística se apresentar como se fosse uma, na verdade significa segundo suas relações interdiscursivas em que se constitui enquanto designação” (GUIMARÃES, 1995, p. 103). O ato de designar algo imperceptivelmente se apresenta como se fosse atitude natural, há a impressão de que a vontade de uma pessoa ou de grupos de pessoas é que sustenta uma ou outra escolha, ou seja, designar algo seria uma forma de estratificar o mundo, considerando a relação homem/mundo/linguagem. Dessa forma, a língua seria entendida como via de expressão do pensamento. É como se o falante tivesse controle do sentido. Esse quadro é um mero efeito para o sujeito que enuncia.

Ao considerarmos o arcabouço teórico da semântica da enunciação, concebemos o processo designativo como histórico, em que o sentido é determinado pelas condições sociais de sua existência. Partimos do pressuposto de que a língua funciona afetada por uma memória do dizer: nomear uma mulher, um lugar, uma cidade é, pois, rememorar a história e ao mesmo tempo vivê-la. Assim, pensar na designação como uma mera forma de classificação é negligenciar uma gama de fatores histórico-sociais presentes na linguagem. A nomeação constitui, portanto, o memorável de uma temporalidade específica cuja necessidade de uma designação que identifique as mulheres é posta como uma forma de identificarem a si próprias, ainda que seja no diferente.

Observamos que há um efeito singular que individualiza os sujeitos via construções designativas. Esse efeito desestabiliza e deixa entrever um lugar que abre espaço para o

equivoco, ou seja, lugares-outros, representados na sociedade pelas instituições: igreja, escola, mídia, etc. Tal escolha se dá agenciada pelo acontecimento enunciativo específico que recorta memoráveis projetando nomes disponíveis como contemporâneos, afetados pela memória do dizer, pelo interdiscurso, tomado pelo político como determinantes das relações sociais e das divisões manifestas na linguagem.

O espaço de conflito que se estabelece na enunciação encontra-se instalado no centro do dizer, materializado por processos de designação, os quais incluem os silenciamentos. Esse é o foco das reflexões de Guimarães (2005) que, numa perspectiva de (re)(des)construção, vai delineando os modos de designação em um índice de revista, como “estabelecimentos comerciais, nomes de pessoas, ruas, bairros e cidades; escavando, nas entranhas das diferentes sedimentações, práticas políticas que resultam modos diversos de dizer” (RASIA, 2006. p. 180). Nessa perspectiva, analisando o conceito de FN, observamos as determinações contraídas por sinônimos referentes à prática sexual feminina, conforme o acontecimento histórico em cada uma dessas designações. Especificamente, no interior da FN, observamos o papel do determinante adjetivo na constituição do domínio referencial, responsável pela distinção de sentido das designações apresentadas. Para Guimarães, “não é o espaço físico que tem uma palavra na língua para referi-lo, e depois os episódios históricos que ali ocorreram (...) o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico” (GUIMARÃES, 2005, p. 43-44).

A partir de suas estruturas sintáticas, o funcionamento semântico-enunciativo vai configurando a temporalidade no acontecimento. Designações como esta é que dão conta de presentificar a memória do que é ser mulher, em que tempo e em que período, e dão conta, inclusive, da polarização *moça de família* X *mulher da vida* em 1950, ou a mulher mais complexa de 80 que ficou entre esposa x amante/outra/ amasiada, até chegar ao terceiro milênio na mulher multifacetada cuja designação atualmente torna-se difícil sob o risco de se enfrentar punições e censuras do politicamente correto.

De um lado, temos os nomes *moças de família*, *rainha do lar*, *donzelas*, *virgens* os quais se ligam a nomes fundadores daquelas meninas destinadas a se tornarem esposas, mães zelosas e administradoras de sua família, cuja existência é central, legítima e reconhecida na sociedade de 1950, configurada e legitimada pelas formações nominais designativas cujo adjetivo ou locução remetem recorrentemente ao espaço domiciliar, seguidoras dos princípios morais e éticos aprovados socialmente e agindo respeitosa e com os pais e preparando-se para o casamento. De outro lado, o silenciamento em torno dos nomes relacionados ao meretrício como *moças levianas*, *mulheres da vida*, *mulheres de zona*. Tais nomes entram na

dispersão das narrativas, especialmente nas composições musicais por onde sequer passava qualquer indício de mérito de sua existência indesejada. Esta não era para casamento, pois se permitiam ter intimidades físicas com os homens e tinham sua reputação manchada, eram as “mal faladas”.

Curiosamente, no período de 1950, observa-se uma polarização na configuração da figura feminina em *moça de família* e *mulher da vida*, com suas devidas designações. Toda a história das enunciações de nomes a elas destinados está imbuída de traços antagônicos que reportam a presentificação de uma sociedade, suas normas e seus costumes, com suas exclusões, segregações, enaltecimentos e consequentemente suas contradições, constituídas a partir de um efeito de regularidades produzidas no âmbito do gênero.

Para além de descrever um perfil de mulher numa determinada sociedade, as designações se mostram como lugares de produção de sentidos, de amostragem da história e suas contradições. As designações da figura feminina passam por enunciados dispersos no meio social, manifestados na mídia e que, evidentemente, se manifestarão nos nomes a elas destinados por meio de um duplo funcionamento: o que recorta o passado memorável e o presentifica; e outro que se manifesta como se fosse presente e futuro sem memória. Trata-se da enunciação oriunda do lugar pertinente ao lugar da visão masculina que nomeia por meio de substantivos, adjetivos, verbos, e outros.

No caso da mulher da década de 1950, como as moças se submetiam ao imperativo de uma cultura falocêntrica, configurada nas figuras de pais e maridos, era comum o desafio maior a ser enfrentado pelos pretendentes: a dureza do pai “zeloso” que a confinava até encontrar um esposo com características condizentes com o que era desejado e aprovado pela sociedade.

Parece, portanto, que o movimento designativo de uma personagem funciona como um mecanismo de controle e faz parte dos espaços politicamente construídos e que conquistaram ressonâncias desejadas e determinadas no domínio social, que é hegemônico, indissociável, inabalável, tais como: pureza (virgindade), os dotes domésticos (dona de casa), a fertilidade (mãe) e a dedicação à família (esposa). Tal exigência é possível no processo designativo pelo efeito do funcionamento do nome próprio que nomeia/renomeia um perfil, pois esse efeito produz a ilusão de unicidade que estabiliza a identificação da personagem feminina reconhecida nos três períodos por um aglomerado de pessoas que apresenta, de certa forma, interesses comuns. Nessa direção, afirmou Guimarães:

...o processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como confronto de lugares enunciativos que movimentam a língua. Um lugar enunciativo recorta e assim constitui um campo de 'objetos'. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto, recorta-se outro campo de 'objetos' relativos a um dizer. (GUIMARÃES, 2001, p. 47)

Dessa maneira, para ser considerada aceita é preciso, antes de mais nada, que a personagem feminina tenha uma determinada postura comportamental, posição social, civil e o reconhecimento jurídico diante de outras; seja nessa concepção, seja em outra reconhecida pelos outros a partir de sua designação.

### **Silenciamentos, substituições, deslocamentos: a mulher em cena**

Se considerarmos a década de 1980, há a configuração de uma outra mulher projetada por categorias que vão se modificando, deslocando, recebendo substituições em função de períodos distintos. O índice de mulheres que se mantinham castas até o casamento ia diminuindo, embora o assunto se mantivesse velado na mídia. E, ainda que esta tentasse desmitificar histórias acerca da virgindade, ao mesmo tempo considerava mal vista aquela que mantinha relações sexuais antes do matrimônio, o que acarretava um conflito interior, fazendo-a se sentir indigna, desmerecedora de um casamento por vias convencionais.

Na constituição da imagem que se postula acerca do universo feminino e da enunciação de nomes a ela designados, observamos diferentes espaços. Por isso é importante para nós a noção de cena enunciativa, postulada por Guimarães (2005, p. 23), nas quais termos e expressões se constituem, compreendendo a cena enunciativa como caminhos específicos de acesso à palavra, dadas as interações entre figuras de enunciação e formas linguísticas. O ato de nomear apresenta-se na trama da reescrituração, isto é, por meio de ressurgimento, substituições, retomadas, que, ao invés de fixarem a referência, produzem sua deriva (RAZIA, 2006, p.182).

As reescriturações acerca das designações como *moça de família* e *mulher da vida* instaura esse lugar de visão na sociedade acerca da figura feminina pela estratégia de predicação que funde o nome prostituta à mulher da vida, mulher que troca sexo por dinheiro, mulher que vende o corpo como profissional legitimada por jurisdição, a mulher de vida livre (amante), ou até mesmo aquela que faz do sexo via de prazer, cada qual no seu cerne escalonado pelo olhar, como a predicação que se dá a partir de uma alteridade da ocupação

política, religiosa, mercadológica e/ou posicionamento sexual: o espaço da relação conjugal, a consumação do matrimônio, a defloração e outros.

E é nesse princípio que o silêncio atravessa as formas, limitando seu sentido. Falamos do silêncio, proposto em Orlandi (2007, p.68), como condição da produção de sentido e como lugar diverso da significação, lugar este que permite que a linguagem signifique. No nosso caso, constitui silêncio na forma que desloca, que substitui, que qualifica, atravessando as palavras e constituindo a política do silêncio: designar a mulher nos anos 1980 é apagar sentidos possíveis que não são pertinentes naquele momento, instaurados sócio-historicamente, mas, ao mesmo tempo, é uma forma de resistência que traz memoráveis de um já-dito, isto é, representa um dito de outra forma.

Neste ponto de percurso pela designação da figura feminina, uma discussão importante em torno dos modos como se enuncia a mulher significa ao constituir seus perfis nos quais justapõem temáticas ligadas, entre outras, à política, ao mercado, às relações interpessoais responsáveis pela aceitação ou não de certo perfil na sociedade vigente, apontando julgamentos responsáveis pelo efeito de se referenciar mulher. As designações que oscilam de um período a outro mostram os efeitos produzidos, constituindo um “jogo designativo parafrásico” (GUIMARÃES, 2005) que instaura uma temporalidade própria.

### **A mulher em outra cena**

Enfim, os espaços são olhados no que eles retêm de político em sua constituição e na distribuição dos papéis, nos sentidos que suas múltiplas designações mobilizam. Isso constitui o simbólico na linguagem e, em função disso, o nome, para além da categorização, é texto que significa, porque se presentifica na memória histórica, fornecendo as pistas para se reestruturarem, se recomporem as histórias enunciativas opacas em nomes, inseridos no processo de subjetivação pelo qual o indivíduo se auto identifica, produzindo efeito de unicidade. Os nomes a ela designados são identificados pela historicidade que evocam, representando não somente lembrança de acontecimentos, mas efetivação material da condição simbólica da linguagem, possibilitando a significação, inclusive, a partir do silêncio nos processos de designação.

Tal descoberta instaura um acontecimento nos estudos acerca dos gêneros, da linguagem e da sociedade em geral, provocando incursões e reflexões substanciais que representam peso na prática cotidiana recorrente que frequentemente mascara a latência de sentidos envolvendo a designação. Convivendo com as expressões designativas da década de

1950, surgem: *amante, outra, prostituta, amásia, teúda, mateúda* e outros em 1980 e paralelamente a esses, surgem, *periguete, peguete, cachorra, popuzuda, profissional do sexo*, etc. nos anos 2000.

É importante verificar no funcionamento enunciativo dessas designações que o dizível da intertextualidade (re)significa o dito, o explícito, como também o não dito, o silenciado. É no confronto discursivo que se (des)estabilizam e silenciam sentidos os quais diante do processo designativo estão em constante propensão a interpretações outras, possibilitando tanto a estabilização quanto o apagamento de certos sentidos. Segundo Guimarães (1995), é nessa interdiscursividade que a enunciação se articula, onde os discursos se entrecruzam e a materialidade do referente se constitui. Reencontramos aqui o conceito de campo referencial de Foucault. Isso nos leva a crer que a trama do acontecimento enunciativo faz com que uma designação signifique o mesmo como também o diferente, tendo em vista as perspectivas que em relação a ela se colocam. Esse deslocamento de sentidos acontece a partir das condições de produção do sujeito no acontecimento, ou seja, no conflito de posições de sujeito que movem a língua.

### **Que mulher é essa?**

A considerar o avanço tecnológico, a conquista da mulher nas várias esferas do âmbito social, educacional, sexual, não é de se estranhar que as categorias utilizadas para designá-la nos anos 2000 passam longe da dos anos 1950, bem como da dos anos 1980. As categorias utilizadas para qualificá-la servem também para estratificá-la. Tais designações denotam traços e perspectivas de uma mulher liberada sexualmente, que projeta um caminho no sentido de se tornar apta a assumir um lugar que se afaste das determinações a ela concebidas no passado.

Hoje a mulher já não se ajusta a modelos tradicionalmente impostos como os de *rainha do lar, doméstica, dona de casa*. A mulher é multifacetada, questionadora de imposições que a condicionavam ao espaço privado do universo domiciliar. As formas que atualmente a categorizam marcam sua sexualidade, o uso de seu corpo como fonte de satisfação do prazer. Portanto, falar de sexo hoje não é mais tabu, a ponto de a mídia orientar o comportamento feminino, na maioria das vezes, em função do tema sexo.

Há uma repetição, constituída na regularidade das formas na estruturação do enunciar. Isso traz à memória um estatuto social, necessário para a atualização do enunciado. Junto a essa memória, designações condensadoras do ato e da nomeação, e portanto novos

substantivos constituídos a partir dessa perspectivação. Daí o surgimento de expressões como *gata*, *tchutchuca*, *preparada*, *popozuda*, *neném* e outras, as quais revelam as múltiplas faces da figura feminina no âmbito da modernidade, e que a situa num patamar de coisificação e até de incapacidade e dependência (*neném*).

A questão maior é que como, na década de 1950, na de 1980 e nos anos 2000, a mulher continua precisando da aprovação masculina para conquista de espaço, tanto no âmbito da educação, quanto na esfera profissional e, principalmente no campo sexual. Nos dias atuais a mulher é multiuso: mãe, profissional, esposa, máquina de fazer sexo animal e muito mais. O culto à beleza, centrada em partes do corpo e em função da manutenção da juventude e da vaidade constitui pré-requisito para a exigência imposta pelas pressões masculinas e que se refletem socialmente.

Tendo em vista a concepção de forma nominal como aqui apresentada, estas formações designativas que se convergem para uma qualificação/encapsulamento no nome, adquirindo identidade segundo um domínio referencial antagônico, estabeleceram a dicotomia: *moça de família*, *moça leviana*. De um lado, emerge nesse domínio linguístico a mulher pronta para se casar, cuidar de seus filhos, dar total atenção à família, sobretudo ao marido; de outro, a mulher fácil, de vida livre, leviana, portanto inapta a preencher os requisitos de rainha do lar, porém pronta para satisfazer aos desejos sexuais dos homens, servindo como objeto do prazer masculino. Trata-se da memória de gestos enunciativos da constituição de um conceito de feminino que se contrai entre a origem histórica do ser mulher no campo de aceitação e rejeição historicamente impostos a ela.

Enunciar a FN nos três períodos citados implica participar do acontecimento em que uma atualidade é convocada na possibilidade de designação da mulher. O fato de se associar *moça de família* a *amante* ou *popozuda*, em termos de significação, ampara domínios de referência que se diferenciam em seu sentido, tendo em vista fatores comportamentais ou de ajustes sociais. Nesse caso, o domínio referencial produz condições para os recortes de sentido, tendo em vista a própria constituição da FN, manifestada conforme o funcionamento do enunciado onde se situa e os cruzamentos de memória e atualidade que operam no domínio referencial.

Portanto, por trás de designações como *cachorras*, *preparadas*, *popozudas*, *periguetes peguetes* e outros ditos anteriormente, residem os sentidos de *moça de família* e *mulher da vida*, apregoados lá nos primórdios do século XX, produzidos a partir de um esquecimento que deixa como resíduo de evidência a ideia de hegemonia numa sociedade marcada pelas diferentes imagens produzidas pelo universo masculino que orientou os povos desde os

primórdios, evidentemente com novas configurações. Aquilo que se apaga deixa rastro, rastro que mobiliza o povo, as mentes implicadas nas relações de gênero, que nada mais é que a manifestação da resistência.

### **Considerações Finais**

Neste texto, procuramos apontar fundamentos para o tratamento do sintagma nominal de uma forma mais ampla, consubstanciado no conceito de *formação nominal*. Propusemos a articulação das formas nominais designativas em períodos distintos, mostrando a articulação entre o núcleo, seus determinantes e a condensação/convergência de termos em função das condições enunciativas que dão suporte a um domínio referencial.

Tendo em vista a natureza de perspectivação, qualificação do adjetivo (DIAS, 2012a), a sua relação com o substantivo, a sua condensação ou a convergência traduzem modos de legitimação daquilo que é possível ser dito na língua no que concerne à condição feminina. O estudo das FNs reforça a tese segundo a qual os discursos institucionalizam sentidos, pois são ancorados em domínios de referência que recortam o real. Daí a pertinência na efetivação da relação entre as enunciações atuais e os memoráveis no acontecimento enunciativo.

### **Referências**

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Unicamp/Eduel, 2003.

DALMASCHIO, L. *Enunciação e Sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar sintático de objeto*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas gerais, 2008.103p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2008.

DIAS, L. F. Articulação sintática e trajeto temático: a norma culta em debate. In: ABREU, S. (Org.). *Reflexões linguísticas e redação no vestibular*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 35-48, 2010.

\_\_\_\_\_. Os sentidos da liberdade no mundo *wiki*. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (Org.). *Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Ed. da UPF, p. 272-287, 2011.

\_\_\_\_\_. O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa. *Web Revista Discursividade*, Campo Grande, v. 9, p. 1-10, 2012.

\_\_\_\_\_. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22. jan./jun. 2013.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. Um Mapa e suas ruas. in: ORLANDI, E. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

RAZIA, G. Semântica do acontecimento: um olhar sobre a cidade, seus nomes suas práticas políticas. *Conexão Letras*, UNIJUÍ, vol 2, n. 2, p. 179-182, 2006.

Artigo recebido em: 02.04.2015

Artigo aceito em: 12.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015